

A ESCOLA DOS ANNALES: considerações sobre a História do Movimento¹

José Costa D' Assunção Barros

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF
Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

RESUMO: Este artigo tem por objetivo conduzir uma discussão acerca do movimento dos Annales, com ênfase na possibilidade de enxergar as diversas fases do movimento. Ao lado disto, são apresentados alguns dos principais aspectos que constituem a identidade dos Annales como um movimento: a interdisciplinaridade, a problematização da História, e as novas proposições nas formas de conceber o Tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Escola dos *Annales*, Historicismo, Nova História.

ABSTRACT: This article aims to conduct a discussion about the Annales movement, with emphasis in the possibility of conceive the various phases of the movement. Besides this, they are pointed some of the principal aspects that constituent the 'identity' of the Annales as a movement: the interdisciplinary, the problematization of the History, and new propositions in the ways to concept the historic time.

KEY-WORDS: Annales School, Historicism, New History.

¹ O presente artigo complementa, com novo enfoque e problematização, um artigo anterior do autor sobre a Escola dos Annales, intitulado "A Escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo" – este publicado recentemente na revista *Territórios e Fronteiras*, vol.3, n°1, jan-jul 2010, p.75-102. O primeiro artigo examinava mais especificamente a oposição dos Annales, efetiva e imaginariamente construída, em relação a outros setores historiográficos, tais como alguns dos setores mais conservadores do Historicismo alemão e do Positivismo francês, além de refletir sobre o ambíguo quadro fundador de competições e alianças que se estabelecia entre os fundadores dos Annales e as demais ciências sociais de sua época. Já o presente artigo se propõe a examinar as diversas fases internas do movimento, desde sua instalação até seu apogeu e posteriores desdobramentos, bem como as suas permanências e descontinuidades, e, ainda mais especificamente, a contribuição singular de alguns dos grandes nomes do movimento, como Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernando Braudel e Ernst Labrousse. Finalizamos com a polêmica discussão sobre a relação de ruptura ou continuidade que pode ser pensada ao compararmos as duas primeiras gerações do Movimento com a nova geração de historiadores franceses que se auto-intitulou como *Novelle Histoire*, evocando a herança direta dos primeiros annalistas.

Introdução

O movimento da *Nouvelle Histoire*, inaugurado na França pela Escola dos Annales, constitui certamente uma das influências mais emblemáticas e duradouras sobre a Historiografia Ocidental². A expressão “Nouvelle Histoire” aqui estará sendo empregada em seu sentido ampliado, que inclui tanto a Escola dos Annales propriamente dita como a corrente a que, a partir dos anos 1970, muitos se referem também como *Nouvelle Histoire*, em sentido mais restrito. A acepção ampliada da expressão *Nouvelle Histoire* é utilizada por José Carlos Reis no seu ensaio “O surgimento da Escola dos Annales e o seu programa”, incluído na coletânea de textos deste autor sobre *A Escola dos Annales* (2000). Em outros âmbitos de reflexão, a expressão também tem sido criticada e relativizada por alguns historiadores, sendo este o caso de Le Roy Ladurie em seu texto “Quelques orientations de la Nouvelle Histoire”, publicado em 1987. As ambigüidades relativas ao grande movimento historiográfico encabeçado pelos historiadores franceses também se expressam no fato de que autores diversos costumam lidar por vezes com periodizações distintas sobre este movimento. François Dosse estabelece uma ruptura em 1968 (com o fim da chamada “era Braudel”) entre os Annales e o que seria chamado em sentido estrito de *Nouvelle Histoire* – *uma História em Migalhas* (1987). Iggers (1971) prefere enfatizar uma ruptura que teria ocorrido em 1945, separando a “história estrutural qualitativa” dos primeiros tempos dos Annales e a “história conjuntural quantitativa” que passaria a predominar em seguida, particularmente no período sob a égide de Fernando Braudel.

É bastante complexo e polêmico o estudo sobre as influências que os Annales teriam recebido de outros movimentos e correntes historiográficas, seja se considerarmos o estudo relativo à influência de autores diversos nos grandes fundadores dos Annales, seja se nos voltarmos para os estudos que se relacionam à identificação de correntes e aportes teóricos que teriam influenciado e permitido a constituição dos Annales como movimento bem

² As fontes diretas para o estudo da história do movimento dos Annales, para além da própria produção historiográfica dos historiadores do grupo, bastante vasta e diversificada, incluem também manifestos produzidos nos editoriais da Revista dos Annales, e textos auto-reflexivos produzidos individualmente por historiadores do grupo. Entre estes, teremos desde os textos que apresentam coletâneas do movimento – como a Apresentação de Le Goff e Nora para os três volumes de *Faire de l'histoire* (1974) ou os dois prefácios de Le Goff para o dicionário *A Nova História* (1978; 1988) – até ensaios, depoimentos e manifestos produzidos por membros destacados do grupo como Marc Bloch (*Apologie pour l'Histoire*, 1941-42), Lucien Febvre (*Combats pour l'histoire*, 1953), Fernando Braudel (*Personal Testimony*, 1972), Le Roy Ladurie (*Território do Historiador*, 1973), Pierre Chaunu (*História: ciência social*, 1974), Burguière (*Histoire d'une Histoire: la naissance des Annales*, 1979), Bernard Lepetit (*Histoire et Sciences sociales: um tournant critique?*, 1988). A oposição aos Annales também se encontra bem representada, em textos como o ensaio de François Dosse contra a terceira geração dos Annales (*A História em Migalhas*, 1987).

estruturado e triunfante na historiografia francesa. Assim, o diálogo e o contraste dos Annales com o Materialismo Histórico têm suscitado reflexões diversas, havendo os que buscam resgatar as influências do Marxismo para a visão histórica estruturante dos Annales – tal como Burguière em seu artigo *Histoire et Structure* – os que procuram pontuar diferenças, e os que buscam estabelecer uma relação complexa entre estes dois importantes campos de contribuições historiográficas, como é o caso do livro de Aguirre Rojas sobre *Os Annales e a Historiografia Francesa* (2000). De igual maneira, há uma tendência em se enfatizar as inovações dos Annales, particularmente por oposição a todo um paradigma historiográfico que já havia sido lançado pelo Iluminismo desde o século XVIII, mas isto não exclui também aqueles que, como Gemelli em seu artigo de 1987 sobre *Os Annales no Segundo Pós-Guerra* – procuram enxergar a influência da racionalidade Iluminista como a grande vertente de influência nos Annales. Há mesmo os que – com vistas a criar um contraste em relação a algumas das correntes que surgem no ambiente da pós-modernidade – esmeram-se em mostrar que há um grande e único paradigma Iluminista, que inclui não apenas os Annales como também o Materialismo Histórico, dando a perceber que entre estas duas contribuições historiográficas há mais semelhanças que diferenças. Este é o caso, por exemplo, do ensaio de apresentação de Ciro Flamarion Cardoso ao livro *Domínios da História*, que procura dicotomizar a grande produção historiográfica ocidental em termos de dois grandes “paradigmas rivais” (1986).

Os Annales constituem um paradigma, como propõem Gemelli (1987) ou Stoianovitch (1976) em seus ensaios? Estão imersos no conjunto de variações e contribuições atinentes a um paradigma mais amplo, como propõe Ciro Flamarion Cardoso ao integrar a Escola dos Annales a um moderno paradigma iluminista? Existiria apenas um único paradigma dos Annales, ou mais de um, como propôs Jacques Revel em um artigo escrito em 1979 para a própria Revista dos Annales, com o título “Os paradigmas dos Annales”? Ou será que, ao invés de um “paradigma” ou conjunto integrado de paradigmas, os Annales constituem um Movimento ou Escola, tal como sugerem François Dosse e Peter Burke em perspectivas bem diferenciadas um do outro? Se é uma Escola, até que ponto existirão inovações suficientemente decisivas para que se possa atribuir aos Annales uma contribuição realmente transformadora para a Historiografia Ocidental, tal como propõe José Carlos Reis nas suas diversas análises sobre as radicais e inovadoras contribuições que emergem da instituição pelos Annales de um novo Tempo Histórico (REIS, 1994)? Por outro lado, se os Annales constituíram uma Escola ou um Movimento, quais os seus limites temporais: teriam se esgotado nas duas primeiras gerações, ou prosseguem pelas gerações

posteriores de historiadores franceses que reivindicam a herança de Bloch, Febvre e Braudel?

Há ainda uma série de outras polêmicas que emergem deste fascinante movimento que apresenta como figuras de proa nomes como o de Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernando Braudel. Até que ponto existe uma ruptura entre a Escola dos Annales propriamente dita e a chamada Nouvelle Histoire que continua a se afirmar nas últimas décadas do século XX? Os historiadores ligados à Nouvelle Histoire são herdeiros dos Annales – tal como propõe Peter Burke em seu livro “A Escola dos Annales – a Revolução Francesa da Historiografia” (1989) – ou, tal como propõe François Dosse, há muito mais uma ruptura entre a Escola dos Annales e esta outra corrente, que também tem seu principal quartel general na célebre Revista dos Annales, e que a partir das últimas décadas do século XX tende a desenvolver o que foi por muitos chamado de “Uma História em Migalhas” (DOSSE, 1987)?

Estas perguntas, que não podem ser respondidas todas no espaço que teremos para esta síntese, permitem que vislumbremos a complexidade que envolve a temática das contribuições historiográficas proporcionadas pela escola dos Annales. Para além do importante diálogo bibliográfico que já existe em torno dos Annales, é fundamental considerar, antes de tudo, as fontes que revelam diretamente o pensamento historiográfico dos historiadores dos Annales. Emergem aqui obras já clássicas, como *A Apologia da História*, de Marc Bloch, os *Combates pela História*, de Lucien Febvre (1965), os ensaios de Fernando Braudel incluídos na obra *A Escrita da História* (1969), o ensaio *Território do Historiador*, de Le Roy Ladurie (1973), o livro *História, ciência social* de Pierre Chaunu (1974), os ensaios reunidos por François Furet em 1982 sobre a rubrica *A Oficina da História*, ou ainda as grandes coletâneas coordenadas por historiadores da Nouvelle Histoire como Jacques Le Goff e Pierre Nora, entre os quais a coletânea *Faire de l'Histoire* (1974) ou a coletânea *Nouvelle Histoire* (1978).

Finalmente, a própria atuação de cada historiador ligado aos Annales no exercício da sua prática e elaboração de estudos históricos específicos deixa entrever, com bastante intensidade, as nuances de cada um. Obras como *Os Reis Taumaturgos* (1924), de Marc Bloch, o *Rabelais* de Lucien Febvre (1942), *O Mediterrâneo*, de Fernando Braudel (1966), ou *Sevilha e o Atlântico*, de Pierre Chaunu (1959), tornam-se aqui páginas privilegiadas para a identificação de um novo e complexo padrão historiográfico que iria deixar seus traços definitivos na história da historiografia.

Para se firmar como corrente historiográfica dominante na França, e estender posteriormente sua influência a outros países da Europa e também da América, os fundadores e consolidadores dos Annales precisaram estabelecer uma arguta e impiedosa crítica da historiografia de seu tempo – particularmente daquela historiografia que epitetaram de História Historizante ou de História Eventual – buscando combater mais especialmente a Escola Metódica Francesa e certos setores mais conservadores do Historicismo. Os Annales, em busca de sua conquista territorial da História, precisavam enfrentar as tendências historiográficas então dominantes, mas também se afirmar contra uma força nova que começava a trazer métodos e aportes teóricos inovadores para o campo do conhecimento humano: as nascentes Ciências Sociais. É contra o pano de fundo deste duplo desafio que o movimento inicia a sua aventura historiográfica.

Os Annales: suas fases e discontinuidades internas

Quando se examina a história dos Annales – isto é, a sua passagem e influência pela historiografia desde os combates de seus primeiros fundadores até os seus desdobramentos nas últimas décadas do século XX – tem-se diferentes visões possíveis com relação às continuidades e discontinuidades do movimento. François Dosse, por exemplo – implacável crítico dos novos dirigentes da Revista dos Annales, que ele denuncia como encaminhadores de uma “História em Migalhas” – postula que existem drásticas rupturas entre o projeto historiográfico dos historiadores que dominam a atual *Nouvelle Histoire* e o projeto de história global que era sustentado pelos fundadores e consolidadores da Escola dos Annales até 1968 (DOSSE, 1987). Sua visão é distinta não apenas dos próprios representantes da *Nouvelle Histoire*, que postulam uma herança em relação aos Annales dos primeiros tempos, como também diverge de alguns autores que refletiram sobre os rumos do movimento, como foi o caso de Peter Burke em seu pequeno livro intitulado “A Escola dos Annales – a revolução francesa da historiografia” (1990). Burke, por exemplo, procura enxergar uma significativa continuidade entre novos historiadores franceses como Jacques Le Goff ou Georges Duby e nomes já clássicos como Marc Bloch e Fernando Braudel (representantes das duas primeiras gerações dos Annales). Por isso, acompanhando o posicionamento de outros historiógrafos, ele não rejeita para os novos dirigentes da Revista dos Annales o rótulo de “Terceira Geração dos Annales”. Há também a posição de Iggers, registrada em seu livro sobre *As Novas Direções na Historiografia Européia* (1971), que não discute tanto a ruptura da *Nouvelle Histoire* a partir de 1968

(relativamente recente quando publicou seu ensaio) e que prefere colocar em relevo uma ruptura que teria já ocorrido em 1945 entre as duas primeiras gerações dos Annales, a ruptura que separa a “história estrutural qualitativa” dos primeiros tempos e a “história conjuntural quantitativa” que passaria a predominar em seguida.

François Dosse, com seu livro *A História em Migalhas* (1987), será o principal inventariante das rupturas entre o grande arco que une as duas primeiras gerações dos Annales e a nova direção imprimida pela chamada *Nouvelle Histoire*, embora indique algumas continuidades importantes entre esta geração que se afirma a partir de 1968 e as duas gerações que conduziram os Annales até a morte de Braudel. As continuidades seriam a Interdisciplinaridade (até perigosamente exagerada pelos novos, conforme sua análise), a emblemática referência a uma História-Problema, e a insistência de alguns historiadores do grupo em uma recusa do Político. Entre as descontinuidades, a mais grave – e na verdade a fundadora de outras rupturas – seria a rejeição de uma pesquisa globalizante em favor de uma fragmentação e pulverização da história que ele denomina de “História em Migalhas”, voltando contra seu próprio autor uma expressão proferida por Pierre Nora por ocasião da divulgação de uma obra coletiva do grupo que foi intitulada “História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos” (1974).

De acordo com François Dosse, a Interdisciplinaridade renovadora dos primeiros annalistas teria sido deturpada e perigosamente exagerada pelos historiadores da *Nouvelle Histoire*, que com isto ameaçavam sacrificar a identidade da história e pulverizaram a produção historiográfica em uma quantidade desconexa de novos objetos e modalidades historiográficas, sem ligação umas com as outras (REIS, 2000, p.188). Além disto, para este novo modelo historiográfico, teria sido rompido o modelo annalista original, que para além de analisar o Passado a partir de uma problematização do Presente, buscava considerar o Passado como uma instância que poderia beneficiar a compreensão do Presente e mesmo a sua transformação. Desta maneira, traindo essa interação entre temporalidades que fora a marca da historiografia anterior, com os historiadores da *História em Migalhas* o diálogo entre Presente e Passado estaria rompido, e o Passado começaria a ser cultuado como campo de análise a ser contemplado unidirecionalmente, sem o benefício que poderia ser trazido pelo retorno ao Presente da reflexão sobre os tempos históricos anteriores para o vivido atual. De alguma maneira, a História teria voltado a ser objeto de análise para colecionadores, tal como na história antiquaria que havia sido condenada pelos próprios fundadores dos Annales. Esta é a crítica de François Dosse aos historiadores franceses que, então, dominavam institucionalmente os principais meios de produção e difusão

historiográfica a partir do discurso de herança e continuidade do projeto original dos Annales. Seu livro *História em Migalhas* (1987), tem portanto o tom da denúncia de uma impostura, e é encaminhado de fora, por um historiador que não pertence ao círculo privilegiado pelos novos dirigentes dos Annales.

Ao abordar o contexto que teria favorecido a pulverização historiográfica encaminhada pelos historiadores da *Nouvelle Histoire*, sobretudo a partir dos anos 1980, François Dosse denuncia as concessões à Mídia, ávida por objetos fáceis, superficiais, curiosos, por vezes esdrúxulos, mas de todo modo brilhantes como lantejoulas prontas a assegurarem uma fatia significativa do mercado editorial e midiático. Ao aceder ao apelo e imposições da mídia por transformar a História em uma fábrica de mercadorias historiográficas de consumo, os Annales estariam dando encaminhamento a um Projeto conservador de falsa assimilação das diferenças, já que o resultado final da apresentação de uma miríade de objetos curiosos para o mercado de consumo seria a superposição de diferenças desconectadas entre si e em relação a um centro, que não existiria. Desta maneira, a ausência de uma perspectiva global, capaz de dar “a História este centro, fecha aqui o círculo vicioso: a história descentrada dos novos Annales seria também a história fragmentada, alienada, que não contribuiria para o diálogo das diferenças sociais, e sim para a exposição antiquaria de objetos diferentes em plena pós-modernidade”.

Para além da Análise de Dosse sobre a *Nouvelle Histoire* como descontinuidade, e mesmo como traição, em relação aos fundamentos que unificaram as duas primeiras gerações dos Annales, há certamente as leituras da continuidade, ou as que ficam a meio caminho. Peter Burke (1989) assume o próprio discurso dos historiadores dos Annales sobre si mesmos e adota a classificação da *Nouvelle Histoire* como “terceira geração dos Annales”. José Carlos Reis (2000) procura fazer um balanço crítico para dar conta do período que faz a passagem “Da História Total à História em Migalhas”. Entre estes dois momentos, enumera algumas mudanças de perspectivas, entre as quais (1) passagem da Síntese à Especialização, (2) passagem do todo (holismo) para o tudo (micro); (3) passagem do homogêneo (mudança) para o heterogêneo (conservação); (4) passagem da explicação/conceito à descrição/constatação/relativismo; (5) passagem da estrutura ao indivíduo, do social objetivo ao individual/subjetivo; e, sucessivamente, a passagem (6) do material ao imaginário; (7) do Racional ao Irracional; (8) da revolução ao imobilismo; (9) da memória à desmemória; (10) da História-Ciência social à História-Literatura; e (11) da Identidade Epistemológica à não-identidade (REIS, 2000, p.204).

De todo modo, ainda admitida a unidade do movimento em um circuito mais amplo, é inevitável identificar fases distintas na história do movimento e exemplos significativos que produzem redirecionamentos ou novas ênfases. Hexter, que escreveu um importante artigo sobre “Braudel e o mundo Braudeliano” (1972, p.493), assinala três eventos cruciais e redefinidores dos caminhos a serem percorridos pelo grupo: (1) em 1929: a fundação do movimento; (2) em 1946-1947, no contexto do pós-Guerra e da reconstrução europeia, a refundação do movimento por Lucien Febvre, que passa a ocupar a direção de posições institucionais importantes; e (3) 1956-1957: a sucessão de Febvre por Braudel, após a morte do primeiro, encetando uma grande expansão e crescimento da influência dos Annales no mundo ocidental. Certamente que um quarto momento (4), emblemático pelo ano de 1968, ajudaria a compreender as significativas mudanças que se dão na própria direção da Revista dos Annales – partilhada a partir de então entre Braudel e um novo grupo de historiadores – o que é acompanhado por uma clara mudança nos rumos do movimento. Por fim, (5) 1989 parece ser igualmente o marco de uma nova fase, e são deste mesmo ano dois editoriais da *Revista dos Annales* que expressam claramente as incertezas de um novo tempo.

Acompanhemos mais de perto os aspectos essenciais que permitem, de alguma maneira, identificar mudanças de rumo ou novas perspectivas no seio do próprio movimento dos Annales.

Marc Bloch e Lucien Febvre: Primeira Geração dos Annales

Lucien Febvre e Marc Bloch são os grandes fundadores do movimento dos Annales, sendo também lembrada como uma contribuição importante a história quantitativa que já começa a ser introduzida na década de 1930 por Ernst Labrousse (1895-1988), historiador marxista que traz para o campo histórico uma contribuição similar à que vinha sendo desenvolvida pelo sociólogo-economista François Simiand (1873-1935).

Os dois historiadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, encontram-se pela primeira vez na Universidade de Estrasburgo, instituição estabelecida em uma região fronteiriça que vivia um contexto muito específico: a desanexação da Alemanha e reintegração à França após a Primeira Guerra Mundial³. Devido a estas peculiaridades políticas, a universidade respirava

³ A Alsácia-Lorena havia se tornado uma região estratégica, que requeria uma ocupação efetiva, e o governo francês passara a investir na Universidade de Estrasburgo como parte de seus objetivos. Marc Ferro, em seu artigo “Des Annales a la Nouvelle Histoire” (1987), a define como uma região de tensões várias, onde se contrastam a França e a Alemanha, o catolicismo e o protestantismo.

um clima intelectual renovado e particularmente aberto a mudanças, fora o vivo diálogo interdisciplinar que se tornara possível nesta instituição em virtude da concentração de diversos historiadores, sociólogos, filósofos e geógrafos no mesmo ambiente acadêmico. Não nos deteremos tanto na narrativa relacionada a este ambiente efervescente que já faz parte da história da Escola dos Annales, e passaremos a examinar mais diretamente a contribuição historiográfica dos fundadores do movimento.

Lucien Febvre (1878-1956) ocupa um lugar bastante singular na Escola dos Annales⁴. Massicotte, que o estudou em profundidade no livro *L'Histoire-Problème: La méthode de Lucien Febvre* (1981), deixa entrever como os três grandes estudos biográficos do autor – o *Philippe II*, o *Lutero*, e o *Rabelais* – sinalizam para um certo caminho em direção à perspectiva das mentalidades. Em *Philippe II* (1911), mas também em *Lutero*, parte-se da singularidade individual para compreendê-la pela coletividade, pelas grandes bases econômicas, sociais e mentais. Mas em *Rabelais* a perspectiva já se encontra invertida, já que se busca dar a perceber como a consciência coletiva, através da utensilhagem mental de sua época, incide sobre a obra individual. (MASSICOTE, 1981, p.82; REIS, 1994, p.45). O indivíduo, por mais singular e criativo que seja em comparação a outros homens de sua época, dissolve-se no coletivo. Há limites que a sua singularidade não pode transpor: não é possível ser descrente, no mesmo sentido que se dá a esta expressão nos dias de hoje, nos tempos de Rabelais.

Outro aspecto importante trazido pela historiografia de Lucien Febvre já desde os primeiros tempos é a valorização do quadro geográfico, um traço de escritura da história que seria retomado por Braudel e repassado nos anos 1960 para toda uma geração que passaria a iniciar seus estudos historiográficos com a descrição geográfica. Em Febvre, já desde a sua tese de doutorado sobre *Philippe II et Le Franche-Comté* (1911) isto já ocorre, notando-se ainda uma predileção que também seria a de Braudel: o probabilismo geográfico de Vidal de La Blache em detrimento do determinismo de Ratzel. De igual maneira,

⁴ O melhor inventário das posições historiográficas de Febvre é apresentado pelo próprio historiador em um dos textos depois incluídos em *Combates pela História* (1953), intitulado “Viva a História” (1941). Aqui aparece pela primeira vez a posição de Febvre com relação ao estatuto epistemológico da história, que seria “estudo cientificamente elaborado sobre as diversas atividades e criações dos homens de outros tempos”. A cientificidade da história, portanto, relaciona-se à condução metodológica. Também aparecem neste texto as contumazes críticas contra a erudição inútil, e, principalmente, contra a história exclusivamente política dos historiadores historicizantes. O texto também deixa entrever que, apesar do subtítulo da Revista dos Annales que reivindicava uma História Econômica e Social, a proposta de Lucien Febvre não é a de priorizar o Econômico em detrimento de outros campos, como o dos modos de pensar e de sentir. Por fim, fazem-se presentes a inevitável referência à interdisciplinaridade, e também a menção à expansão documental para além das fontes escritas (FEBVRE, 1953, p.18-33).

sintomático do valor que Febvre atribui à geografia é o ensaio *A Terra e a Evolução Humana* (1922).

Mas a mais impactante contribuição de Lucien Febvre é mesmo o ensaio “O Problema da Descrença no século XVI: a religião de Rabelais” (1942), e podemos abordá-lo como um verdadeiro modelo para a História-Problema com a qual os primeiros annalistas buscaram se confrontar contra os modelos historiográficos factuais. Esta obra, além de abrir futuros caminhos para a História das Mentalidades que iria despontar nos anos 60, será um ponto de apoio para que Febvre discuta uma questão historiográfica que o preocupava particularmente: o Anacronismo.

O interesse de escrever um estudo sobre *Rabelais e a Descrença no século XVI* surge em Febvre a partir de uma oposição historiográfica. Abel Lefranc havia sugerido em uma edição de *Pantagruel*, uma das obras de Rabelais, que este intelectual renascentista era um ateu que buscava, através de suas mordazes sátiras e paródias, abalar o cristianismo. Febvre irá se propor a demonstrar, sistematicamente, que este era um crasso erro de “anacronismo” – isto é, de projeção injustificada de categorias do presente no passado – pois o ateísmo na verdade não poderia ser postulado para os homens do século XVI, já que estes sequer possuíam a “utilização mental” que os possibilitaria serem ateus.

Daí que o ponto de partida em Rabelais é a análise filológica – não apenas da expressão “ateu”, que aparece em textos da época e que, de acordo com a demonstração de Febvre, não teria o mesmo significado de hoje – como também da ausência de inúmeras outras palavras ou conceitos que seriam fundamentais para que se possa falar no ateísmo como um modo de pensar, tal como ocorre hoje. Empreendida esta análise, Febvre intentou demonstrar que as piadas blasfemas, ou aparentemente blasfemas, que apareciam largamente nos textos de Rabelais, não eram de modo algum recursos de um racionalismo ateu, mas sim heranças de uma antiga tradição parodística medieval. A “impossibilidade do ateísmo no século XVI” era para Lucien Febvre o resultado de um “instrumental mental” específico (hoje se diria, de uma determinada mentalidade que fixava aos homens os limites do que eles poderiam pensar). Desta maneira, o seu empenho foi examinar em detalhe o que faltaria à utilização mental da época para que pudesse surgir um ateísmo filosófico e racionalista, sendo o seu ponto de partida identificar todo um vocabulário ausente que seria o signo de que o problema do ateísmo não estava colocado para os intelectuais renascentistas. Mais do que isto, certos limites foram percebidos por Febvre nos homens renascentistas, como a sua imprecisão no trato com o tempo. É interessante notar que, com

esta exemplar obra, não apenas a obra de Rabelais tenha sido utilizada como ponto de partida para investigar um problema – a impossibilidade do ateísmo no século XVI – como também que este problema tenha se tornado um novo ponto de partida para investigar um conjunto maior: aquilo que hoje chamaríamos de “mentalidade da época”. Rabelais, portanto, era apenas o ponto de partida para se chegar a algo muito maior. Tratava-se de perceber o indivíduo em um oceano maior que lhe fixava tanto as suas possibilidades como os seus limites.

A contribuição de Marc Bloch é talvez ainda mais decisiva para as subseqüentes gerações dos Annales⁵. Seu primeiro estudo histórico publicado foi de caráter regional – um estudo sobre a *Ile-de-France* (1913), no qual já questionava o conceito fechado de região em áreas administrativas pré-estabelecidas, argumentando que o que deveria definir o recorte da região em estudo era o problema examinado. Mas a grande obra viria com *Os Reis Taumaturgos* (1924), um ensaio que abre muitos caminhos para as gerações posteriores. De um lado, foi uma experiência efetiva no campo da História Comparada, uma vez que Marc Bloch se propôs a examinar duas dinastias européias – a Capetíngia e a Plantageneta – de modo a perceber como na França e na Inglaterra desenvolvera-se uma singular crença no poder talmatúrgico dos reis, particularmente no que se refere à cura das escrófulas. Esse aspecto da obra – o comparativismo histórico – trouxe a Bloch a possibilidade de tematizar mais tarde, em um artigo de 1929 para a *Revue de Synthèse Historique*, sobre um novo campo historiográfico que posteriormente se desenvolveria: a História Comparada.

Por outro lado, “Os Reis Taumaturgos” também constituiria uma experiência pioneira relacionada a um novo campo que também apenas se desenvolveria a partir dos anos 1960: a História das Mentalidades. Vale lembrar ainda que Marc Bloch concebia este ensaio como também uma contribuição para a História Política, mas uma nova História Política, atenta não à descrição de eventos, mas sim aos modos como se estabelecia o poder a partir de práticas e representações coletivas. O problema examinado, por fim, era tratado em uma amplitude e de acordo com um enfoque que já começava a desenvolver a perspectiva da “longa duração”.

É também um recorte extenso (séculos XIII-XVII), associado à perspectiva de análise de permanências relacionadas à “longa duração”, o que teremos em *Les Caractères Origineaux de l'histoire rurale française* (1931). O elemento mais notável da obra é o desenvolvimento daquilo a que, no livro póstumo *Apologia da História* (1949), Marc Bloch

⁵ Para uma boa biografia crítica de Marc Bloch, ver o *Marc Bloch*, de Olivier Dumoulin (2000).

chamaria de “método regressivo”, um método que se empenhava em ler a história ao inverso, indo das temporalidades mais próximas à época do historiador, e portanto mais conhecidas, até os tempos mais afastados, e por isto mesmo mais obscurecidos. A grande obra prima, contudo, viria com *A Sociedade Feudal* (1939), uma obra que já realiza o projeto dos Annales de construir uma História Total. Nada escapa, aqui, às análises de Marc Bloch: do sistema de laços de dependência que consubstancia a “coesão social” na Idade Média aos “modos de pensar e de sentir”.

Labrousse e outros: A emergência da História Serial e da História Quantitativa

A contribuição de Labrousse ao movimento dos Annales foi bem sintetizada por Grenier e Lepetit em um artigo de 1989 para a revista dos *Annales* – um ano de grandes balanços, e também de crises anunciadas. Labrousse está entre os primeiros a introduzir na historiografia a quantificação com vistas à percepção das conjunturas econômicas. Dali a mais alguns anos, a História Serial-Quantitativa, que dominaria amplamente o cenário da historiografia dos Annales por quatro décadas, começaria a ser questionada sob o impacto de uma explosão de novas modalidades historiográficas trazidas pela terceira geração do movimento dos Annales.

A partir da terceira década do século XX, contudo, a História Serial e a História Quantitativa, dois campos frequentemente interligados mas que conservam suas especificidades, constituirão a grande novidade historiográfica trazida pelos Annales, para além de conceitos fundamentais como o de “longa duração” e perspectivas inovadoras como a da “história-problema”. O grande impulso do serial-quantitativo se dará nas décadas de 1950 e 1960, portanto na vigência daquilo que muitos chamam de uma “segunda geração dos Annales”. Então, as abordagens quantitativa e serial se estenderão para além da Economia e atingirão a Demografia, e posteriormente a História das Mentalidades.

A possibilidade de se estabelecer uma História Serial está relacionada a um novo conceito: o de “série”. Trata-se de considerar os documentos ou as fontes históricas não mais em sua perspectiva singular, mas sim como partes constituintes de uma grande cadeia de fontes de mesmo tipo. A série é necessariamente formada por fontes homogêneas, comparáveis, capazes de serem apreensíveis no interior de uma continuidade (seja uma continuidade temporalizada ou espacializada), e que permitam uma ‘abordagem de conjunto’ através da quantificação, da análise tópica, da identificação de recorrências ou mudanças de padrão no decorrer da série. O objetivo da análise de séries, neste sentido, é

perceber tanto as permanências como as oscilações e variações (por exemplo, em uma determinada sequência de tempo). Não é todo o tipo de documento que se presta à quantificação ou à serialização, mas podem ser mencionadas entre as diversas fontes que se abrem a estas abordagens as listas de preços, os documentos contábeis, os documentos do fisco, os balanços financeiros, a documentação de compra e venda, os registros de alfândega, os arquivos notariais e paroquiais, os documentos do censo, a documentação judicial, as fontes cartoriais como os testamentos, certidões de nascimento e casamento, registros de imóvel, estabelecimento de firmas. Também os objetos de cultura material poderiam se beneficiar de uma abordagem serial (embora não quantitativa), e outros tipos de fontes, como os anúncios de um periódico.

A obra prima da história serial é a monumental tese de Pierre Chaunu, publicada em 1959 em parceria com sua esposa Huguette Chaunu sob o título *Sevilha e o Atlântico (1504-1650)*. Nos anos 1960 uma História Demográfica renovada torna-se possível a partir desta mesma abordagem, sob a liderança de Pierre Goubert. Alguns anos depois, será a vez de Michel Vovelle lançar mão dos recursos da serialização com vista a estudos que serão enquadrados na rubrica da História das Mentalidades.

Fernando Braudel: liderança da Segunda Geração dos Annales

Fernando Braudel domina amplamente a segunda geração dos Annales⁶. De 1946, e até a morte de Febvre em 1956, será o segundo nome do movimento. A partir daí, e até 1969, praticamente reinará absoluto, quando então resolve partilhar o poder com outros historiadores do grupo através de uma ampliação de cargos de direção da *Revista dos Annales*. Habitualmente, situa-se a “segunda fase dos Annales” entre 1946 e 1969, incluindo o período em que Lucien Febvre consolida institucionalmente o grupo projetando o sucesso definitivo da *Revista dos Annales* e fundando a *École des Hautes Études*. Quando se fala em “gerações dos Annales”, por outro lado, temos que considerar que Marc Bloch e Febvre constituíram a primeira geração, e que Braudel já será o grande nome da segunda geração.

Stoianovich, um dos mais reconhecidos historiadores do movimento, considera Fernando Braudel o verdadeiro fundador daquilo que se poderia chamar de um “paradigma dos Annales” (1976), considerando que é aqui que o modelo estrutural que incorpora permanência e mudança sob a égide do conceito de “longa duração” adquire sua forma

⁶ Pra uma biografia de Fernando Braudel, ver DAIX, 1995; e ainda a obra coletiva coordenada por Jacques Revel sob o título *Fernand Braudel et l'histoire* (1999).

mais bem acabada, tornando-se um modelo que seria seguido por inúmeros jovens historiadores seja nas monografias regionais, seja nos trabalhos de recorte mais amplo.

Em seu empenho em dar um novo impulso aos Annales e consolidar o seu domínio e influência historiográfica na França, vê-se com Fernando Braudel reeditado o antigo debate travado entre Bloch e Febvre diante das Ciências Sociais, que conhecem na ocasião um novo impulso e por isto mesmo constituíam uma nova ameaça territorial para a primazia da História no âmbito das ciências humanas. Os campos de oposição contra os quais Braudel busca afirmar a Escola dos Annales são de um lado a micro-sociologia política de Gurvitch, então voltada para o acontecimental, para a efervescência do mundo político no Presente. De outro lado Braudel procura medir forças com a Antropologia Estrutural de Lévi-Strauss, que desponta como a grande novidade no seio das ciências humanas e sociais (REIS, 1994, p.61-67). Há ainda o diálogo com as ciências econômicas, com seu tempo conjuntural e cíclico. As críticas de Braudel à Gurvitch podem ser encontradas em um artigo de 1953, intitulado “Gurvitch ou la discontinuité du social”, que foi publicado na revista dos Annales do penúltimo trimestre de 1953. O diálogo crítico contra Lévi-Strauss aparece no célebre artigo publicado no último trimestre da Revista dos Annales de 1958, intitulado “História e Ciências Sociais: a Longa Duração” (p.69), e mais tarde integrado à coletânea de ensaios publicada em 1969 com o título *Escritos sobre a História* (1969).

A solução de Braudel para opor-se a um e outro destes campos de afirmação das ciências sociais de sua época é o que pode ser referido como uma “dialética das durações” (REIS, 1994, p.58). Em um célebre artigo escrito em 1958 para a Revista dos Annales, mas que passou a integrar a coletânea de artigos publicada em 1969 com o título “Escritos sobre a História” (1969, p.76) Braudel discute a Longa Duração, o próprio conceito de duração, os modos como interagem estes diversos ritmos históricos. Ele pretende presentear as ciências sociais – é praticamente o que diz na introdução do seu artigo – com “uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor do tempo longo” (BRAUDEL, 1969, p.44). Na verdade, com a tríplice crítica a cada grupo de ciências sociais ou humanas que se restringia a apenas uma das “durações” – a longa, na antropologia estrutural, a média, nas ciências econômicas, a curta, na micro-sociologia política – Braudel lograva encetar um golpe de mestre. A História reaparece aqui, sob a concepção braudeliana e sua arguta exposição no artigo de 1958 que leva o título “A História e as Ciências Sociais: a longa

duração”, como a ciência humana mais completa e mais complexa – a única que considera a interação entre estrutura, conjuntura e evento⁷.

Em sua Tese de Doutorado de 1992 sobre “O Tempo Histórico dos Annales”, depois publicada em parte no livro *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico*, José Carlos Reis ressalta que “essencialmente, este tempo consiste na ultrapassagem do indivíduo e do evento, sem, no entanto, negar a realidade dos eventos e o papel do indivíduo” (1994, p.64). Ele utiliza para a proposta de Braudel a sugestiva e adequada designação de “dialética das durações”.

Existem duas famosas metáforas de Braudel nas quais o historiador francês expressa de forma admirável o jogo das durações. Uma é a metáfora das ondas e das correntes profundas, sendo que os acontecimentos nada mais seriam do que espumas que se formam na crista das ondas, estas mesmas impulsionadas por correntes profundas. Outra é a metáfora dos vagalumes que brilham contra a escuridão noturna: os eventos que brilham, chamando atenção para si seriam os eventos; mas caberia aos historiadores, sobretudo, estudar a densa obscuridade que permanece para além deles. Esta obscuridade corresponderia às economias, à vida coletiva, às mentalidades, à vida coletiva, à organização social em classes, às civilizações; tudo, enfim, que permanece, se repete e se recicla, independentemente do fugaz, embora intenso, brilho dos vagalumes.

A obra maior em que realiza o seu projeto de estabelecer uma “dialética das durações” na qual adquirirá importância central o tempo estrutural é *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II* (1949). Dividida em três grandes volumes, apresenta-se aqui um modelo articulado de “durações”, no qual se percebe que as várias instâncias sociais, processos e contextos apresentam ritmos variados de mudanças⁸. No primeiro volume é examinada a longuíssima duração do relacionamento do homem mediterrânico com o Espaço que ao mesmo tempo limita e possibilita suas ações. Relações diversas entre os vários tipos de habitantes (o montanhês, o homem do litoral, o cidadão e outros) são estabelecidas com os vários ambiente internos do mundo mediterrânico: o Mar,

⁷ Na verdade, tal como assinala José Carlos Reis em *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico* (1994, p.68), no modelo de ciências econômicas implementado por Imbert havia uma iniciativa análoga de considerar a interação entre distintas durações. Ciclos curtos de 3 a 5 anos (Kitchin) articulavam-se aos ciclos Juglar, de 6 a 11 anos, estes aos hiper-ciclos, de 18 a 22 anos, a estes finalmente aos ciclos Kondratieff, longos ciclos de 40 a 60 anos que corresponderiam ao limite estrutural mais amplo em termos de ciclos econômicos.

⁸ Assim o próprio Braudel sintetiza o plano de sua obra, em uma carta à sua esposa: “A primeira [parte] trata de uma história quase imóvel, a história do homem nas suas relações com o meio que o cerca [...] Por cima desta história imóvel eleva-se uma história de ritmo lento [...] que nós chamaríamos de boa vontade, se esta expressão não tivesse sido desviada de seu verdadeiro sentido, uma história social, a história dos grupos e agrupamentos [...] finalmente, a terceira parte, a da história tradicional ou, se quisermos, a da história talhada, não à medida do homem, mas à medida do indivíduo, a história dos acontecimentos [...]. Chegamos, assim, a uma decomposição da história por pisos. Ou, se desejarmos, à distinção, dentro do tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social e de um tempo individual” (apud FONTANA, 2000, p.276).

as ilhas, o litoral, o deserto, a savana, a montanha. Estas múltiplas relações são complexas e variadas, mas todas se caracterizam por uma permanência em uma duração muito longa, por uma mudança bastante lenta no padrão de relacionamento de cada tipo humano com cada tipo de ambiente. A “duração” tem menos a ver com a extensão do recorte de tempo do que com o “ritmo” de acordo com o qual as coisas mudam. No caso da longuíssima duração apresentada no estudo do Espaço Mediterrânico, estas mudanças são lentas, e em certo momento dão a impressão de uma “história quase imóvel”. Por outro lado, dentro deste grande padrão de relacionamentos entre o Humano e o Espacial, o Mediterrâneo tem os seus ritmos internos, cotidiano, sazonais: a Guerra, por exemplo, apresenta um ritmo que se ajustará ao das estações do ano, em vista das barreiras e limitações naturais que as mudanças de clima impõem, inclusive ditando os ritmos possíveis de navegação no Mediterrâneo, e portanto repercutindo no Comércio, na Guerra, e em outras atividades.

Longuíssima duração, igualmente implicada nos limites temporais sugeridos pela obra, é também um certo padrão de relacionamento do Mediterrâneo com o mundo, e de sua importância na centralização dos destinos humanos das sociedades ocidentais. Assim, o que estabelece os limites últimos da longuíssima duração e de sua passagem a uma outra estrutura, é o deslocamento da centralidade histórica em direção ao Atlântico e ao Norte Europeu – tal como assinalará Paul Ricoeur em sua esplêndida análise sobre *O Mediterrâneo* com vistas a dar a perceber que mesmo por trás deste clássico da história estrutural existe uma grande narrativa em forma de intriga (RICOEUR, 1983-85, p.300). Eis portanto a longuíssima duração do objeto histórico construído por Braudel: um padrão de centralidade mediterrânica na história econômico-social e um complexo universo de modos de relacionamento do homem mediterrânico com o seu espaço.

O segundo volume de *Mediterrâneo* encaminhará as análises estruturais e conjunturais (portanto de longa duração, no primeiro caso, e de média duração, no segundo). A Economia, as relações bélicas e diplomáticas, as trocas culturais entre os grandes circuitos civilizacionais orquestrados pelo mundo mediterrânico, tudo impõe o seu ritmo, formando estruturas e impondo conjunturas. Todos os ritmos ajustam-se, orquestrados pela articulação das grandes estruturas. Os tempos mais curtos da política, examinados no Livro III, são apenas vagalumes que se encaixam no tempo médio das conjunturas, da mesma forma que estas se apóiam no tempo longo das estruturas articuladas (livro II), e todas, enfim, se ajustam na longuíssima duração que demarca os diversos padrões possíveis de relacionamento dos grupos humanos com o espaço físico (livro I).

Fernando Braudel – que dominou amplamente a segunda geração dos Annales – ambicionou construir uma História Total, tal como já estava proposto no programa da primeira geração dos Annales. Sua idéia era pensar a sociedade de acordo com a perspectiva de uma articulação entre seus três níveis de duração – a curta duração, a média duração e a longa duração. A obra máxima que tenta realizar este projeto é o seu *Mediterrâneo*. Tratava-se, de alguma maneira, de construir uma “estrutura das estruturas” – um projeto tão ambicioso que poucos o tentaram, à exceção de Pierre Chaunu com sua monumental obra *O Atlântico e Sevilha*, e talvez Le Roy Ladurie. Na verdade, a noção de História Total no sentido que lhe emprestaram Braudel e Chaunu, era apenas uma de duas alternativas, ambas presentes na historiografia dos Annales (a história total como “história de tudo” ou como “história do todo”). Há também uma terceira alternativa para o conceito, que também poderemos discutir, e que irá aparecer por exemplo no historiador marxista Pierre Vilar (a história total como noção que remete ao gesto científico de “a tudo compreender historicamente”).

O conceito de uma História Total predispõe-se, conforme poderemos ver a seguir, a estas e outras aberturas possíveis. No seio da Escola dos Annales, o conceito mostra-se por vezes bastante ambíguo, tal como afirma Hexter em seu estudo de 1972 sobre *Braudel e o Mundo Braudeliano* (REIS, 2000-b, p.198). Isto porque, apenas para pontuar inicialmente as duas principais tendências de delineamento da palavra que estão presentes nos Annales, História Total pode significar “História de Tudo”, mas também “História do Todo”. Michel Foucault – considerando o conceito de acordo com esta última perspectiva, que implica na tentativa de conhecer uma época como totalidade no sentido sincrônico, e como continuidade, no sentido diacrônico – tentou delineá-lo em sua *Arqueologia do Saber* (1969), não para aderir á proposta, mas para a ela se opor (REIS, 2000-b, p.197). Conclui que o projeto de construção de uma História Total pressuporia (1) um sistema de relações homogêneas, (2) uma forma única de historicidade interconectando todas as instâncias, da economia e da política às mentalidades, e (3), a articulação desta história em grandes unidades (estruturas se sucedendo umas às outras) nas quais poderia ser percebido o mesmo princípio de coesão. Tem-se aqui, portanto, a compreensão da História Total (ou da história global) como a História Totalidade – a história de um todo integrado. Uma história com pretensões holísticas, portanto.

Como se concretiza este projeto de entender a História Total como “História do Todo”, é algo que admite variações. Braudel, em sua singular dialética das durações, na qual procura perceber na História três ritmos que se enquadram – a longa, a média, a curta

duração – irá conceber esse Todo como a articulação entre estas três durações. Deste modo a sua História Total, como a que emerge do monumental projeto que busca realizar com *O Mediterrâneo*, coincide com a História destas três estruturas articuladas, e isto fica claro na maneira conforme a qual ele divide a obra em três grandes partes.

Outro sentido para a expressão “História Total” também fora empregado na primeira geração dos Annales, e aparece referido em um artigo de 1979 de Jacques Revel para a revista dos Annales intitulado “Os Paradigmas dos Annales”. A *História Total* não seria a “História do Todo”, mas a “História de Tudo”, e com isto se queria representar o alargamento da História-Conhecimento para todos os campos históricos e para o estudo de todos os objetos, evocando-se aqui aquela frase que já fora proferida por Marx, segundo a qual “tudo é histórico”, mas agora empregada com uma sutil variação de sentido, visando à idéia de que a história pode legitimamente estudar qualquer coisa⁹. De igual maneira, a idéia de História Total nesta acepção remete à proposta de que todo Passado (isto é, todas as épocas), merece ser estudado, sem exceção.

A expressão *História Total* com este sentido de ampliação do campo de possibilidades dos estudos históricos tinha também um interesse certo: o de rejeição da História Política como campo privilegiado da história, tal como ocorrera com o padrão historiográfico estimulado pelos Estados-Nações na Europa do século XIX, e contra o qual os fundadores do Annales haviam se batido através do tríplice estigma: História Factual, História Política, História Narrativa. De certa maneira, o projeto de realizar uma História Total via-se de alguma maneira comprometido pela recusa estigmatizada da História Política – que mais tarde, nas últimas décadas do século XX, teria o seu retorno bem recebido pelos dirigentes da Revista dos Annales – e pela ênfase, nos primeiros Annales, em apenas algumas dimensões como a Social, a Econômica, a Demográfica. Gradualmente, contudo, dimensões como as Mentalidades, o Imaginário foram assegurando o seu lugar no cenário.

Os problemas maiores aparecem na concepção de História Total como o estudo de uma determinada totalidade social. A idéia de totalidade social já vinha sendo trabalhada nas Ciências Sociais, tal como ocorre com o conceito de “fato social total” de Marcel Mauss, de acordo com o qual poderia ser possível encontrar para cada sociedade um fato que é inerente a todas as manifestações desta sociedade e que, portanto, lhe confere uma unidade, um plano de coerência. Também o Materialismo Histórico postulava uma unidade para a compreensão de determinada sociedade no tempo, uma espécie de totalidade que

⁹ Parece ser este o sentido de História Total privilegiado por Jacques Revel em seu artigo sobre “Os Paradigmas dos Annales”, escrito para o último ano da *Revista dos Annales* de 1976.

correspondia ao conceito de “Modo de Produção”. Portanto, a História Total – no sentido de uma totalidade sincrônica e de uma continuidade diacrônica – podia dialogar perfeitamente com algumas concepções já disponíveis na época dos primeiros Annales. Tratava-se, porém, de um projeto que resultou pouco exequível, e logo a terceira geração dos Annales empreenderia a sua crítica. Na verdade, tal como assinala José Carlos Reis no artigo “Da História Global à História em Migalhas” (REIS, 2000, p.200), a terceira geração dos Annales conservou das gerações anteriores o projeto de seguir promovendo uma “História de Tudo”, mas rompeu com a ambição de produzir uma “História Total”.

Há ainda outra concepção do que seria a História Total. Para este caso, teremos já que evocar um historiador que se situa fora do circuito dos Annales, mas que colaborou na edição de *Faire de l'Histoire*. Pierre Vilar, em um artigo de 1973 para a Revista dos Annales e que busca estabelecer uma “Tentativa de diálogo com Althusser”, irá frisar que a história total não significa “dizer tudo sobre tudo, mas tudo pensar historicamente”. Reedita-se aqui o sentido original da famosa expressão de Marx – “tudo é história” – que tinha exatamente este mesmo sentido.

Terceira geração dos Annales, ou uma Nova *Nouvelle Histoire*?

O ano de 1968 é habitualmente apontado como um marco de uma nova fase na história da Escola dos Annales. Muitos vêem nesta data o fim do movimento, no sentido de que acreditam que o que se seguiu foi um outro tipo de historiografia. Outros consideram este ano como o início de uma nova fase deste grande movimento, e é aqui que se utiliza a expressão “terceira geração dos Annales” para designar os novos historiadores franceses em ascensão e agora na direção do movimento, já que Fernando Braudel “resolve” partilhar a direção institucional da Revista dos Annales com um comitê que inclui Jacques Le Goff, Marc Ferro e Le Roy Ladurie, além de Mandrou (e depois Burguière e Revel) na posição de Secretário Geral da Revista¹⁰. François Furet também será um nome importante, a julgar por alguns dossiês da revista que são publicados sob sua responsabilidade. A definição de 1968 como marco que assinala uma nova fase dos Annales é autorizada pelo próprio Fernando Braudel, que em um editorial para um dos Annales de 1969 (n°3) anuncia que os Annales haviam “mudado de pele”¹¹. Seu tom será de retirada, apesar de seguir como uma

¹⁰ Há controvérsias em torno de como se teria dado esta passagem de poder. Marc Ferro sustenta que um novo grupo teria conseguido “defenestrar o velho mestre” (FONTANA, 2001, p.279).

¹¹ “Les Annales font peau neuve”. Annales, 1969 n°3, p.571.

referência para o movimento, e o pouco que escreveu para a revista a partir de então denuncia que ela tomava um rumo que não era o que desejava.

Mas não é apenas esta mudança institucional nos Annales o que dá ao ano de 1968 a posição de um marco na história do movimento. Para começar, há todo um contexto histórico mais amplo que faz do período que se segue a esta data uma nova era. O próprio ano de 1968 ficou celebrizado na história contemporânea por ter trazido uma série de movimentos sociais, políticos e contra-culturais em escala mundial. Acontecimentos impactantes assinalam a sua passagem, tais como os assassinatos de Martin Luther King e de Robert Kennedy, a Guerra do Vietnã e os protestos que a ela se opuseram, além de greves gerais e manifestações estudantis no mundo inteiro. Muitos sociólogos, cientistas políticos e historiadores avaliam o conjunto de acontecimentos dramaticamente expressos por este ano, e a própria década de sessenta como um todo, como ponto de chegada de um grande processo, e estendem para depois deste ano o período de ruptura (BENTLEY, 1999, p.137). Enquanto isto, outros avaliam o ano de 1968 como ponto de partida de novos tempos, ele mesmo produtor de rupturas importantes. De todo modo, a data se tornou emblemática.

Evidencia-se também uma mudança na historiografia – o que aliás é a questão principal a ser aqui considerada – e isto não apenas no que se refere à Escola dos Annales ou mesmo à historiografia francesa. Os novos tempos começavam a trazer um novo padrão historiográfico, novas aberturas, retornos e possibilidades, e também incertezas para os historiadores no que se refere à natureza do conhecimento que produzem e ao papel do conhecimento histórico na sociedade. Entre os “retornos historiográficos”, há a retomada da narrativa, do político, da biografia, aspectos que haviam sido de alguma maneira reprimidos ou secundarizados pelo padrão historiográfico anterior, e que agora reemergiam com inesperado vigor. Entre as novidades, postula-se a possibilidade de examinar a história de acordo com uma nova escala de observação – atenta para o detalhe, para as micro-realidades, para aquilo que habitualmente escapa ao olhar panorâmico da macro-história tradicional – e é a esta nova postura que se passou a chamar de Micro-História. Intensificava-se também o olhar do historiador sobre o seu próprio discurso, e o fazer historiográfico, mais do que nunca, será ele mesmo um objeto privilegiado de estudo. De igual maneira, o principal das preocupações historiográficas parece se deslocar para o âmbito da cultura, de modo que a História Cultural passa a ocupar uma posição central no grande cenário das modalidades historiográficas.

Entre as incertezas, o “giro lingüístico” iniciado nos anos 1960 – que começara a discutir mais enfaticamente o estatuto da idéia de “realidade” e a apresentar a visão de que tudo é discurso – atinge a própria historiografia. Questiona-se a possibilidade, para o historiador, de se referir a uma realidade histórica que tenha efetivamente existido da maneira conforme o historiador a apresenta, e no limite se coloca a possibilidade de que a historiografia não seja mais do que ficção literária. Além disto, as meta-narrativas – grandes discursos ou concepções que costumavam ver na história um sentido, uma finalidade, um sistema extremamente coerente ou uma caminhada inevitável regida pelo progresso – começam a perder a credibilidade, introduzindo-se com isto um novo ambiente cultural que diversos autores denominam “pós-modernidade”.

Este é o novo contexto que presidirá a chamada terceira fase da Escola dos Annales. Não tardará muito para que, em meados dos anos 70, todo um paradigma historiográfico apresentado pelo movimento dos Annales comece a ser veementemente contestado, particularmente no que se refere ao padrão de cientificidade que era prometido pela História Serial e pelas abordagens quantitativas. De igual maneira, a idéia de uma História Total é contraposta por uma historiografia que muitos compreendem como fragmentada, como uma “história em migalhas”. François Dosse, um dos mais contumazes críticos da nova geração dos Annales, irá centrar neste ponto a sua argumentação de que a *Nouvelle Histoire* posterior a 1968 já não tem mais nada a ver com a Escola dos Annales de Lucien Febvre, Marc Bloch, Ernst Labrousse ou Fernando Braudel.

A terceira fase dos Annales abre-se a uma ampla diversificação de objetos e dimensões de estudo, em alguns casos a uma certa fragmentação do conhecimento historiográfico. A ampliação de campos históricos já não tem limites. Há uma história para tudo o que é humano, ou mesmo espaço para uma “história sem homens”, tal como propõe Le Roy Ladurie em sua “História do Clima” (1967), em uma obra que já não se sabe dizer se deve ser relacionada antes ao apogeu da história estrutural de “longa duração” braudeliiana e a uma realização da Geo-História no seu mais puro estado possível – pretendendo chegar à longuíssima duração de uma história “quase imóvel” na qual pouco ou quase nada aparecerão destes elementos de dinamização que são as próprias vidas concretas dos seres humanos – ou se, ao contrário, constitui-se já aqui um prenúncio da fase pós-1969, na qual explodirão novos campos historiográficos em um novo momento do big-bang historiográfico, que incluirá inusitados campos como a História Ambiental e tantos outros.

De todo modo, além das temáticas e dimensões de estudo, diversificam-se também as abordagens. Após meados da década de 1970, a História Quantitativa, antes senhora

suprema nos espaços institucionais dominados pelos Annales, começará a ser questionada, até mesmo na legitimidade de seu orgulho de ter pretensamente trazido à história o máximo de cientificidade possível com as análises seriais e com o controle do que se repete o do que varia em uma duração mais longa. É sintomático que tenha surgido em 1975, encravada neste divisor de águas, uma nova obra de Le Roy Ladurie – tradicional defensor do quantitativo, da longa duração, das análises demográficas neo-malthusianas: um surpreendente livro intitulado *Montaillou: uma aldeia occitânica* (1975), no qual o historiador francês trará a inovação de tratar em uma perspectiva antropológica fontes relacionadas aos processos de Inquisição. Aqui, os depoimentos de acusados e testemunhas incluídos nos registros dos processos inquisitoriais, em uma pequena aldeia francesa do século XIV chamada Montaillou, serão tratados à maneira de depoimentos do tipo que são recolhidos pelos antropólogos, de modo que Le Roy Ladurie pretenderá examinar estes registros históricos de maneira análoga ao que se faz com depoimentos gravados, abrindo uma via de tratamento antropológico das fontes dialógicas que logo seria explorada, ainda com maior habilidade, pelo micro-historiador italiano Ginzburg, que registrará o essencial de suas experiências e propostas metodológicas neste novo âmbito de estudos no célebre artigo “O Inquisidor como Antropólogo” (1989)¹².

De fato, entre os diversos diálogos Interdisciplinares – sempre considerando que a Interdisciplinaridade é o principal traço de unidade entre as três gerações de annalistas – será a Antropologia a interlocutora que ocupará o principal lugar de destaque. Alguns chegam a falar em uma “virada antropológica” a partir dos anos 1970. Em vista disto, nas últimas décadas do século XX a História Cultural passa a assumir uma posição de bastante destaque entre as diversas modalidades historiográficas, mas sem que outras sejam menosprezadas. Apenas a História Econômica já não é a senhora absoluta das preferências historiográficas, e despontam, para além da já mencionada História Cultural, outras modalidades como a História das Mentalidades, em mencionar o reavivamento de uma nova História Política.

Um destaque interdisciplinar é também trazido pela Lingüística, campo de conhecimentos e práticas que não apenas passa a ser utilizado pelos historiadores como apoio para a análise de seus diversificados objetos históricos, como também começa a ser empregado para uma auto-análise de seu próprio campo de produção de conhecimentos: a

¹² Com relação a Le Roy Ladurie, depois o veremos trabalhar com textos que indicam no seio de sua própria obra essa virada epistemológica, verificável a partir de 1975. Após *Montaillou*, publicará em 1979 *Le carnaval de Romans*. Em 1987 publicará *L'état Royal*, uma obra que já denuncia as ressonâncias do retorno do “Político”, uma nova abertura que nos Annales já se anuncia discretamente com as obras de Maurice Agulhon nos anos 1970, mas que impõe com maior intensidade entre os annalistas nos anos 80.

historiografia profissional. Para muitos destes historiadores que analisam a própria historiografia, os diálogos com a lingüística os levarão a considerar a História como um discurso dotado de estilo, de padrões literários, de singularidades a serem investigadas. A *Nouvelle Histoire* não ficará insensível a este movimento que, na verdade, também se processa em outras correntes historiográficas. Paul Veyne, um colaborador freqüente da Revista dos Annales, publicará em 1971 um ensaio cujo título indaga: *Como se escreva História?* (1971), e a historiografia será vista por ele como um texto em forma de intriga. Três anos depois, Michel de Certeau terá incluído em um dos volumes da obra coletiva *Faire de l'histoire* (LE GOFF e NORA, 1974) o seu célebre texto “A Operação Historiográfica” (1974), de certa maneira uma resposta a Veyne, buscando estabelecer mais sistematicamente o lugar da história e as especificidades de seu texto, sem confundir-lo com simples literatura imaginativa. Eis um ponto de embate que seria típico das gerações posteriores, cujo aprofundamento foge ao objetivo deste artigo.

Conclusões

O movimento dos Annales, após a década de 1980, já permite que se estenda um olhar para trás para contemplar uma histórica complexa na qual se desenvolvem múltiplas tendências internas e também variadas reapropriações. Conforme pontuamos na Introdução deste artigo, a história do movimento dos Annales deixa um certo número de questões em aberto. Há um paradigma do movimento, ou este abarca e participa de diversos paradigmas? É possível falarmos em uma Escola dos Annales? Se é possível, existiria uma unidade que habilitaria o uso desta expressão até que geração de historiadores franceses, no que se refere àqueles que continuam a vincular a sua identidade aos antigos órgãos institucionais controlados pelos Annales – inclusive a célebre revista que leva ainda hoje o seu nome? O objetivo deste artigo não foi responder estas perguntas, mas certamente colocá-las mais uma vez é sempre um aspecto importante quando pensamos na história deste movimento que deixou tão profundas influências na historiografia ocidental e, inclusive, na historiografia brasileira.

Fontes:

BEARD, Charles A. e VAGTS, A. A. “Currents of Thought in Historiography” in *The American History Review*, 1937, vol.XLII, n°3.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos – o caráter sobrenatural do Poder Régio. França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [original: *Le rois thaumaturges*. Paris: Gallimard, 1924].

BLOCH, Marc. *Les Caracteres Originaux Le l'Histoire Rurale Française*. Paris: A.Colin, 1952 [original: 1931]

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*: Lisboa; Edições 70, 1990 [Paris: A.Michel, 1939]

BLOCH, Marc. *L'Etrange défaite*. Paris : Gallimard, 1990 [original : 1946]

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'Histoire ou metier d'historien*. Paris: A. Colin, 1974 [original : 1949].

BLOCH, Marc e FEBVRE, Lucien. *Correspondance, vol. 1 – La Naissance des Annales* (ed. Bertrand Müller. Paris: Fayard, 1994.

BRAUDEL, Fernando. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. [*La Mediterranée et le monde méditerranée à l'époque de Philippe II*. Paris: A.Colin, 1949. 3 vol] [edição ampliada : 1966]

BRAUDEL, Fernando. Gurvitch ou La discontinuité du social. *Annales ESC*, nº2, Paris: A. Colin, jul/set, 1953.

BRAUDEL, Fernando. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978 [original: 1969].

BRAUDEL, Fernando. Les Annales font peau neuve. *Annales*, 1969 nº3, p.571

BRAUDEL, Fernando. Personal Testimony. *The Journal of Modern History*, vol.44, nº4. Chicago: The University of Chicago Press, December 1972.

BRAUDEL, Fernando. "História e Ciências Sociais: a Longa Duração". *Annales ESC*, nº4, 1958, p.725-753 (republicado em *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.41-78) [original do artigo: 1958].

BURGUIÈRE, A. Histoire d'une Histoire : la naissance des Annales. *Annales ESC*, nº6. Paris: A.Colin, nov/dec 1979. *La notion de 'mentalités' chez M. Bloch et L. Febvre: deux conceptions, deux filiations*. Revue de Synthèse, nº111/112. Paris: CIS/CNRS, jul/dec 1983.

CERTEAU, Michel de. "A Operação Historiográfica" in *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119 [original: 1974].

CHAUNU, Pierre. *Histoire, science sociale*. Paris: SEDES, 1974.

CHAUNU, Pierre e CHAUNU, Hugette. *Seville et l'Atlantique (1504-1650)*. Paris: 1960/1965].

COBB, R. "Nous des Annales" in *A second identity*. London : 1969, p.76-86 [original: 1966]

DILTHEY, Wilhelm. *Introducción a las Ciencias del Espíritu*. Madrid: Espasa-Calpe, 1948 [*Introduction to the Human Sciences. Selected Works, Vol I. MAKREEL, R.A; RODI, F. (orgs). New Jersey: Princeton University Press, 1989*].

DROYSEN, Johan Gustav. *Historik*. Editado por Peter Leyh. Stuttgart: Forman-Holsboog, 1977.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: A. Colin, 1965 [original: 1953]

FEBVRE, Lucien. *Philippe II et Le Franche-Comté*. Paris: Champion, 1912 [original: 1911]

FEBVRE, Lucien. *A Terra e a Evolução Humana* [*La terre et l'évolution humaine*. 1922]

FEBVRE, Lucien. *Le problème de l'incroyance au XVI siècle – La Religion de Rabelais*. Paris: A. Michel, 1968 [original: 1942].

FEBVRE, Lucien. *Martin Luther: un destin*. Paris: PUF, 1928. FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'Histoire*. Paris: A. Colin, 1965 [original: 1953].

FEBVRE, Lucien. *De la 'Revue de Synthèse' aux 'Annales'. Lettres a Henri Berr, 1911-1954*. Paris: Fayard, 1997.

FEBVRE, Lucien. « Vive l'Histoire » in *Combats pour l'Histoire*. Paris: A. Colin, 1953, p.18-33.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'Histoire*. Paris: A. Colin, 1953.

FEBVRE, Lucien. *Michelet et la Renaissance*. Paris : Flammarion, 1992.

FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris : Gallimard, 1969.

FURET, François. *L'atelier de l'Histoire*. Paris: Flammarion, 1982.

FURET, François. « Le Quantitatif en Histoire » in LE GOFF, J. E NORA, P. (orgs). *Faire de l'Histoire*. Paris: Gallimard, 1974, p.46-61.

LAMPRECHT, Karl. *Deutsche Geschichte*. Leipzig: 1894.

LAMPRECHT, Karl. *What is history? Five lectures on the modern science of history*. New York: Macmillan Co., 1905.

LABROUSSE, Ernst. *Esquisse du mouvement de prix et de revenus*. Paris : Librairie Dalloz, 1933]

LABROUSSE, Ernst. *La crise de l'économie française à la fin d'Ancient Régime et au début de la Revolution*. Paris: PUF, 1943.

LE GOFF, Jacques (org). *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz, 1978 (segunda edição, com Prefácio atualizado: Bruxelas: Complexe, 1988) [*A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1990].

-
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Les paysans de Languedoc*. Paris: S.E.V.P.E.N, 1966.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Histoire du climat*. Paris: Flammarion, 1967.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1973.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. L'Histoire Immobile. *Annales ESC* n°3. Paris: A. Colin, mai/jun 1974.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Le carnaval de Romans*. Paris: Gallimard, 1979.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. "Quelques orientations de la Nouvelle Histoire" In Gadoffre, G. *Certitudes et incertitudes de l'histoire*. Paris: PUF, 1987.
- LEPETIT, Bernard. Histoire et Sciences sociales: um tournant critique?. *Annales, ESC* n°2, Paris: A. Colin, mar/avr 1988, p.291-293.
- MICHELET, Jules. *A Feiticeira*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990 [original: 1862].
- MICHELET, Jules. *O Povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988 [original: 1846].
- NIETZSCHE Friedrich. "Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida" in *Escritos sobre a História*. Rio de Janeiro: Loyola, 2005 [original: 1874].
- NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques (orgs). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. 3 vol. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 [original: *Faire de l'Histoire*. Paris: Gallimard, 1974].
- POMIAN, Krzysztof. *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984.
- RICKERT, Heinrich. *Ciência Cultural y Ciencia Natural*. Buenos Aires: Espalsa / Calpe, 1945.
- ROBINSON, J. H. *The New History*. New York: 1912.
- VILAR, Pierre. Histoire marxiste – histoire en construction – essay de dialogue avec Althusser. *Annales ESC*. N°1, 1973 p.165-198. [também publicado em VILAR, Pierre, *Une Histoire en construction*. Paris : Gallimard : 1982, p.382-425].
- VOVELLE, Michel. "La Longue Durée" in *Ideologies ET Mentalités*. Paris: Maspero, 1982 [original: 1979].
- SIMIAND, F. *Méthode historique et science sociale*. *Annales ESC*. N°1, jan/fev 1960 [original: *Revue de Synthèse*, 1903].
- SOROKIM, P. & MERTON, R. Social time: methodological and functional analysis. *The American Journal of Sociology*, n°5, Chicago: The University of Chicago Press, mars. of 1937.
- VEINE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB, 1982 [original: 1971].

VOVELLE, Michel. *Le mort et l'Occident de 1300 à nos jours*, à paraître fin 1982. Gallimard: Paris, 1982.

VOVELLE, Michel. *Piété baroque et déchristianisation, les attitudes devant la mort en Provence au XVIII siècle*. Paris: Le Seuil, 1978.

VOVELLE, M. “A história das mentalidades na encruzilhada de fontes” In *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.27-102.

Referências Bibliográficas

ACKERMAN. Cycle et Structure. *Revue Economique*. N°1, Paris: A. Colin, janeiro de 1952.

ARIÉS, Philippe. *Le temps de l'histoire*. Paris : Seuil, 1986 [original : 1954].

AYMARD, M. The Annales and French Historiography (1929-72). *Journal of European Economic History*. Vol.I, n°2. Roma: Banco di Roma, 1972.

BOUDON, R. A quoi sert La notion de “structure”? Paris: Gallimard, 1968.

BURGUIÈRE. *La notion de ‘mentalités’ chez M. Bloch et L. Febvre: deux conceptions, deux filiations*. Revue de Synthèse, n°111/112. Paris: CIS/CNRS, jul/dec 1983.

BURGUIÈRE. Histoire d'une Histoire: La naissance des Annales. *Annales ESC*, n°6, Paris: A. Colin, Nov/dez 1979.

BURGUIÈRE. Histoire et Structure. *Annales ESC*.n°3, Paris: A. Colin, mai/juin 1971.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo : UNESP, 1990.

CARBONELL, C. e LIVET, G. *Au berceau des Annales*. Toulouse, Presses de l'Institut d'Etudes Politiques de Toulouse, 1983.

CARBONELL, C. L'histoire dite positivista em France. *Romantisme*. N°21-22, Paris: *Revue de La Société des Études Romantiques*, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e Paradigmas Rivais” in CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R (orgs), *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

COUTEAU-BEGARIE, h. *Le phénomène « Nouvelle Histoire » – stratégie et ideologie des nouveaux historiens*. Paris: Economica, 1983.

CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques. « Febvre et les Sciences Sociales » in *Historiens et Géographes*, n°272. Paris : Revue de l'Association des Professeurs d'Histoire et Géographie de l'Enseignement Public. Février, 1979.. .

DAIX, Pierre. *Braudel*. Paris: Flammarion, 1995.

DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama – reflexões sobre o Tempo em História*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DOSSE, François. *L'histoire em miettes – dès Annales à La Nouvelle Histoire*. Paris: La Découverte, 1987.

DUMOULIN, Olivier. *Marc Bloch*. Paris: Presses des Sciences, 2000.

FERRO, Marc. « Des Annales à la Nouvelle Histoire » In *Philosophie et Histoire*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1987.

FLANDRIN, J-L. De l'histoire-problème à l'approche historique des problèmes. In: GADOFFRE, G (org). *Certitudes et Incertitudes de l'Histoire*. Paris: PUF, 1987.

FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. Bauru: EDUSC, 2004 [original: 2000].

FOUCAULT, Michel. *L'archeologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

GOOCH, G. P. *History and historians in the nineteenth century*. Boston: Beacon Press, 1968.

GEMELLI, G. “Les Annales nel segundo dopoguerra: uno Paradigma?”. In. ROSSI, P (org). *La storiografia contemporanea – indirizzi e problemi*. Milano: Arnaldo Mandadori, 1987..

GRANGER, G. G. Evenement et structure dans les sciences de l'homme. In: ISEA, *Cahier de l'Institut de Science Economique*, n°55, Paris: ISEA?CNRS, mai/dez de 1957.

GRENIER, J. E LEPETIT, B. L'expérience historique – a popos de E. Labrousse. *Annales ESC*, n°6, Paris : A.Colin, 1989.

HEXTER, J. F. “Braudel and the Monde Braudélien ...”. *Journal of Modern History*, n°4. Chicago: University of Chicago Press, December 1972.

IGGERS, G. *New Directions in European Historiography*. London: Methuen, 1971.

KINSER, S. « Annalist paradigm ? The geo-historical structuralism of F. Braudel ». *The American Historical Review*, n°1. Washington: Historical American Association, 1981 (fev.).

LEFEBVRE, Georges. *La naissance de l'Historiographie moderne*. Paris : Flammarion, 1971.

MANN, Hans-Dieter. *Febvre, la pensée vivante d'une historien*. Paris: A. Colin, 1971.

MASSICOTTE, G. *L'Histoire-Problème: La méthode de Lucien Febvre*. Paris: Maloine, 1981.

NISBET, R. L'Histoire, La sociologie ET La revolution. In: HINKER, F. & CASANOVA, A. (dirs.). *L'historien entre l'ethologie et futurologue*. Paris: La Haye, 1972.

NOIRIEL, Gerard. *Sur la crise de l'histoire*. Paris: Belin, 1996.

REIS, José Carlos. *Tempo, História e Evasão*. Campinas: Papirus, 1994-b.

REIS, José Carlos. “Da História Global à História em Migalhas: o que se ganha, o que se perde?” In *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.177-208

REIS, José Carlos. “O surgimento da Escola dos Annales e o seu programa” In *Escola dos Annales – a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.65-90.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico*. São Paulo: Ática, 1994.

REVEL, Jacques. Les paradigms des Annales. In: *Annales ESC*, nº6, Paris: A. Colin, nov/dec 1979.

REVEL, Jacques. *Fernand Braudel et l'histoire*. Paris: Hachette, 1999.

RHODES, E. C. Durkheim and the historical thought of Marc Bloch. *Theory and Society*, nº1, Amsterdam: Elsevier, 1978.

ROBINSON, John Harvey. *The New History*. New York: 1912.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *Os Annales e a Historiografia Francesa – tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*. Maringá: UEM, 2000.

STOIANOVITCH, T. *The French historical method – The Annales paradigm*. London: Cornell University Press, 1976.

VEINE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB, 1982 [original: 1971].

VEINE, Paul. “Foucault revoluciona a História” In *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB, 1982 [original do ensaio: 1978]

WHITE, Hayden. *A Meta-História – a Imaginação Histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992 [original inglês: 1973].

Recebido em: 30/09/2010

Aprovado em: 24/11/2010